

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PEDAGOGIA: UM OLHAR ACERCA DAS ORIENTAÇÕES DE AVALIAÇÃO À LUZ DA TEORIA DA AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Júlia Isabella Ramos de Lira ¹

Karolayne Tavares ²

Kilma da Silva Lima Viana ³

Ana Maria de Cunha Rego ⁴

RESUMO

Este estudo apresenta a seguinte inquietação: quais as orientações acerca da avaliação da aprendizagem contidas no PPC de Pedagogia e suas relações com as novas perspectivas da avaliação? Diante disso, tivemos o seguinte objetivo: Analisar as orientações contidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Formação de Professores em Pedagogia referentes à avaliação e suas relações com as novas perspectivas da Avaliação. A pesquisa tem natureza aplicada, com abordagem qualitativa e, para isso, foi analisado o PPC de Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior da Rede Privada de Pernambuco, denominada, nesta pesquisa de Instituição A. Para isso, a análise foi realizada à luz da Teoria da Avaliação da Experiência Pedagógica (TAEP) de Viana (2023), considerando seu Postulado Fundamental, seus Corolários, Princípios e Pressupostos. Ao final da pesquisa, observamos que o PPC da Instituição A, aproxima-se da TAEP com relação ao reconhecimento da importância de métodos avaliativos diversos, enfatizando a avaliação como um processo contínuo, destacando um ambiente avaliativo acolhedor e sensível às necessidades das estudantes; estímulo à proatividade e o pensamento crítico, fortalecendo a autonomia dos estudantes e sua capacidade de gerenciar o próprio aprendizado. No entanto, para se aproximar mais da TAEP, que valoriza a participação ativa dos sujeitos, é necessário reduzir a ênfase na certificação e fortalecer abordagens dialógicas. Ressaltamos a necessidade de reformular a cultura avaliativa, desde as suas orientações no PPC para que as novas perspectivas sejam uma realidade na Formação de Professores.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, projeto Pedagógico do Curso, Pedagogia.

¹ Graduanda pelo Curso de Pedagogia do Centro Universitário Facol - UNIFACOL, julia.lira@institutoidv.org;

² Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Facol - UNIFACOL, karolayne.tavares@institutoidv.org;

³ Doutora em Ensino de Ciências pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, kilma.viana@institutoidv.org;

⁴ Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE-CAA, anamaria.rego@institutoidv.org;



INTRODUÇÃO

A Avaliação da Aprendizagem tem se destacado nas discussões sobre qualidade de ensino, dando ênfase na formação de professores, sendo considerada não apenas como ferramenta de verificação de desempenho, mas como instrumento integrante do processo pedagógico. Tendo em vista esta afirmação, entende-se que os projetos políticos pedagógicos de curso (PPC) tornam-se documentos estratégicos para o desenvolvimento de metodologias, objetivos e formas de avaliação que orientam a formação docente. Isso posto, fizemos a seguinte indagação: quais as orientações acerca da avaliação da aprendizagem contidas no PPC de Pedagogia e suas relações com as novas perspectivas da avaliação? Diante disto, tivemos o seguinte objetivo geral: Analisar as orientações contidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Formação de Professores em Pedagogia referentes à avaliação e suas relações com as novas perspectivas da Avaliação.

Especificamente buscou-se (i) Identificar como o PPC do curso de Pedagogia concebe o processo de avaliação da aprendizagem na formação docente, (ii) Analisar se as orientações sobre avaliação presentes no PPC dialogam com as perspectivas contemporâneas de avaliação formativa e emancipatória, e (iii) Discutir as implicações dessas orientações para a prática docente e para a formação de professores comprometidos com processos avaliativos mais reflexivos e humanizados.

A pesquisa tem natureza aplicada, com abordagem qualitativa e, para isso, o presente artigo propõe refletir sobre a urgência de revisar as diretrizes avaliativas contidas no PPC do Curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da rede privada de Pernambuco, identificada neste trabalho como Instituição A. A fim de consolidar as práticas de uma formação docente crítica, reflexiva e emancipatória.

Nesse sentido, o presente estudo se inclui na discussão contemporânea sobre a estruturação dos Projetos Políticos do Curso frente e sua relação com as novas perspectivas, buscando contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva mais humanizada e qualitativa no cotidiano escolar.

Para isso, a análise foi realizada à luz da Teoria da Avaliação da Experiência Pedagógica (TAEP) de Viana (2023), considerando seu Postulado Fundamental, seus Corolários, Princípios e Pressupostos.



METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico-documental, uma vez que se fundamenta na análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior na rede privada e Pernambuco, documento norteador da formação docente. A análise compromete a perspectiva da avaliação da experiência pedagógica, compreendida como categoria teórica que permite investigar o modo como se caracterizam as orientações avaliativas na formação inicial de professores.

A abordagem qualitativa justifica-se pela ênfase na compreensão dos significados atribuídos às práticas avaliativas, mais do que na mensuração de variáveis. A pesquisa bibliográfica apoia-se em autores que discutem a avaliação da aprendizagem e a formação docente, como Viana (2023), possibilitando o diálogo entre o referencial teórico e as diretrizes do PPC. Além disso, a parte documental consiste na análise sistemática do PPC de Pedagogia, considerando especialmente os capítulos referentes à organização didático-pedagógica, princípios formativos e formas de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

O procedimento deu-se por meio de uma análise de conteúdo temática, que envolveu as etapas de: leitura exploratória do PPC; identificação das categorias ligadas à avaliação (diagnóstica, formativa, somativa, autoavaliação e avaliação institucional) e articulação dessas categorias à perspectiva da avaliação da experiência pedagógica. Assim, a metodologia adotada busca construir uma leitura crítica e interpretativa do PPC de Pedagogia, evidenciando em que medida as orientações avaliativas propostas contribuem para a formação de professores reflexivos e capazes de ressignificar a prática pedagógica a partir da experiência.

A análise de conteúdo permitiu identificar não apenas as concepções explícitas de avaliação, mas também os sentidos implícitos presentes na linguagem do documento. Essa etapa foi essencial para compreender como o PPC traduz, em seu texto, as concepções pedagógicas que fundamentam o curso e como essas concepções se manifestam nas práticas avaliativas propostas. Dessa forma, a pesquisa buscou ultrapassar a mera descrição do conteúdo, priorizando a interpretação crítica das orientações que configuram o perfil formativo do futuro pedagogo.



REFERENCIAL TEÓRICO

Ao analisar a avaliação da aprendizagem como parte integrante do processo pedagógico, a Teoria da Avaliação da Experiência Pedagógica (TAEP), proposta por Viana (2023), surge como uma contribuição da ressignificação das práticas avaliativas da educação. A autora destaca a avaliação como uma experiência pedagógica ética, dialógica e emancipatória.

Ela propõe um modelo de avaliação que valoriza a escuta, o acolhimento das particularidades dos estudantes e a construção do conhecimento em conjunto, rompendo as práticas tradicionais de certificação e classificação. Mediante ao exposto, o estudo busca analisar em que medida o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Instituição A incorpora os princípios dessa nova perspectiva.

Viana (2023) destaca em sua obra que a TAEP apresenta 8 princípios que dialogam e se complementam, pois, cada um desses princípios enfatiza a importância da negociação, acolhimento, confiança, proatividade, reflexão crítica, emancipação, compartilhamento e ética no processo avaliativo.

Eles visam estimular a relação professor-estudante com o diálogo, considerando diferentes perspectivas, valorizando a autonomia das estudantes e promovendo a colaboração e a responsabilidade em conjunto. Esses princípios são divididos em:

Princípio da Negociação: Busca por consensos entre professora e estudantes, visando tomar decisões compartilhadas; Destaca o diálogo entre os atores do processo, onde é incentivado a troca de ideias, perspectivas e opiniões; Relações horizontais sem subordinação; Decisões negociadas entre as atividades de avaliação.

Princípio da confiança: Resgata o caráter humano da avaliação, valorizando a importância das emoções, das experiências individuais e das relações interpessoais; Horizontaliza as relações afetivas, fundamentando um ambiente de respeito, empatia e cuidado mútuo; Estabelece a confiança mútua, construindo a transparência e a honestidade; Promove a interação e o diálogo, proporcionando espaço de trocas de ideias; Acolhe no processo seletivo, rompendo os rituais de barganha presentes em muitas perspectivas conservadoras de avaliação.



Princípio da proatividade: Possui postura ativa e inovadora de todos os envolvidos, encorajando os estudantes a buscarem soluções criativas e engajando no processo avaliativo; Promove a dinâmica e decisões flexíveis, adaptando às necessidades e contextos de mudanças; Revisa a redefinição de acordos quando necessário, tanto a professora quanto os estudantes precisam estar abertos a essa revisão; Acompanha os acordos estabelecidos, garantindo a segurança durante o processo avaliativo, cumprindo e modificando quando necessário.

Princípio da reflexão crítica: Enfatiza a importância de atividades avaliativas como um processo ativo de construção de conhecimento; Promove a reflexão e a criticidade, onde também é valorizado o estímulo ao questionamento, análise e interpretação durante o processo; Compreende os caminhos percorridos pelos estudantes, reconhecendo cada indivíduo por ritmos de aprendizagens distintos; Insere a análise dos resultados de forma criteriosa, permitindo a identificação da necessidade de revisão e ajustes no processo de ensino-aprendizagem.

Princípio do compartilhamento: Estabelece a colaboração e a troca, inserindo a interação e colaboração entre professora e estudantes; Compartilha de responsabilidades e ideias, valorizando os sentimentos, criando espaços inclusivos e de respeito mútuo; Visa superar as crises, reconhecendo que pode surgir desgastes ao longo do processo educativo.

Princípio da ética: Baseado em decisões e critérios claros e acordados, estabelecendo a transparência e objetividade entre professora e estudantes ao tomar decisões; Utiliza dos resultados para formação dos estudantes, garantindo auxílio na formação dos estudantes em vez de focar apenas em notas; Defende o direito de aprender, reconhecendo as diferenças individuais, levando em conta os estilos de aprendizagem, ritmos próprios e necessidades de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura do PPC de Pedagogia da Instituição A, analisado durante a pesquisa, considera-se que ele está associado a uma perspectiva crítica e humanista. A ênfase em avaliação diagnóstica e formativa representa avanço significativo em relação a modelos tradicionais punitivos, pois garante acompanhamento processual e estimula a autonomia dos discentes.



Essa concepção contribui para a melhoria da prática pedagógica através do ato inclusivo e investigativo imposto a avaliação abraçada pelos docentes.

Contudo, a estrutura curricular interdisciplinar mostra-se inovadora ao articular teoria e prática desde os primeiros períodos. Essa característica coincide com a necessidade de que o curso forme professores capazes de construir competências desde a formação inicial.

O texto destaca que a avaliação é parte essencial da formação docente, tendo como finalidades principais:

Função diagnóstica:	identificar dificuldades e potencialidades dos estudantes, servindo de base para intervenções pedagógicas e ajustes de percurso
Função formativa:	acompanhar o processo de aprendizagem, regulando as ações pedagógicas e promovendo o desenvolvimento de competências profissionais
Função somativa:	certificar o aprendizado, sem caráter punitivo, mas como reconhecimento das aprendizagens consolidadas

A avaliação é descrita como contínua e processual, voltada ao crescimento autocrítico do aluno, de modo a favorecer o desenvolvimento pessoal e profissional. O PPC ainda ressalta que o estudante deve ter conhecimento dos critérios e instrumentos de avaliação e autoavaliação, estimulando a consciência crítica sobre seu próprio processo formativo.

Formas de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

O PPC orienta que avaliação seja realizada pelo docente em sala de aula, com liberdade para escolher os métodos mais adequados para cada turma.

Entre os instrumentos avaliativos são mencionados:

1. Provas escritas (individuais e dissertativas)
1. Apresentações orais e escritas de trabalhos
2. Leitura crítica e elaboração de resenhas
3. Seminários e pesquisas
4. Postura crítica e participativa dos estudantes

A prova escrita, embora ainda tenha maior peso, pode ser complementada por outros instrumentos avaliativos, garantindo diversidade e flexibilidade nos modos de avaliar.



Avaliação Institucional e Autoavaliação do Curso

O PPC também define processos de avaliação institucional e autoavaliação do curso, em consonância com o SINAES (Lei nº 10.861/2004). Esses processos são conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e têm caráter diagnóstico e formativo, visando:

1. Identificar fragilidades e potencialidades institucionais
1. Planejar ações corretivas e de melhoria contínua;
2. Promover gestão participativa, com envolvimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de Curso e representantes discentes;
3. Estimular a autoavaliação da turma e dos professores, com encontros periódicos entre coordenação e alunos ao final de cada período letivo.

Síntese interpretativa

A análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da Instituição A, evidencia avanços significativos ao compreender a avaliação da aprendizagem como um processo contínuo, reflexivo e formativo, afastando-se de perspectivas punitivas e meramente classificatórias. O documento reconhece a importância de diversificar instrumentos avaliativos e de promover o protagonismo discente, valorizando práticas como a autoavaliação, a avaliação diagnóstica e o acompanhamento processual do desempenho dos estudantes.

Essa concepção aproxima-se das ideias defendidas por Viana (2023) na Teoria da Avaliação da Experiência Pedagógica (TAEP), que compreende a avaliação como uma experiência ética, dialógica e emancipatória, sustentada pelos princípios do acolhimento, confiança, negociação, proatividade, criticidade, compartilhamento, emancipação e ética.

Em consonância, autores como Hoffmann (2002) e Luckesi (2011) também defendem a avaliação como um ato de mediação que busca compreender o percurso de aprendizagem e intervir de forma construtiva, e não apenas mensurar resultados. Perrenoud (1999) reforça que avaliar é um processo de acompanhamento da construção do conhecimento e, portanto, deve favorecer a autonomia e a responsabilidade dos estudantes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, entendeu-se que o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Instituição A apresenta importantes avanços no que se refere às concepções de avaliação da aprendizagem, ao reconhecer a avaliação como processo contínuo, diagnóstico e formativo, voltado ao desenvolvimento integral dos estudantes. No que se demonstra um movimento de superação das práticas avaliativas tradicionais, centradas na mensuração e na classificação.

Entretanto, observou-se que, embora o documento apresente princípios alinhados à formação crítica e emancipatória, ainda há desafios quanto à consolidação de uma cultura avaliativa efetivamente participativa e ética, conforme prioriza a Teoria da Avaliação da Experiência Pedagógica - TAEP (Viana, 2023). Nessa perspectiva, considera-se a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e institucionais, a fim de fortalecer uma avaliação que promova a autonomia, a escuta e o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Dessa forma, reforça-se a importância de revisitar continuamente o PPC, integrando as novas perspectivas da avaliação que valorizam a experiência pedagógica como espaço de diálogo, reflexão e transformação. Assim, a formação de professores poderá, de fato, consolidar-se como prática emancipatória e comprometida com a construção de uma educação mais humana, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VIANA, Kilma da Silva Lima; **Teoria da avaliação da experiência pedagógica:** é possível (e necessário) avaliar diferente. Recife: Editora IIDV, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31692/978-65-88970-40-9>

